



MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



60 ANOS DE GOLPE DE 1964

PG.2

PG.4

ENTREVISTA DO MOMENTO MARISA MIDORI

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

PG.7

PG.9

UM SÉCULO DE LUTA DOS TRABALHADORES

UFBA: CORTE MILIONÁRIO, CONGELAMENTO E REFORMISMO

PG.12

PG.14

CRISE CLIMÁTICA ESPONTÂNEA OU POR EXPANSÃO DO CAPITAL?

RAPHAEL MARTINELLI 100 ANOS DE LUTAS

PG.16

60 ANOS DO GOLPE DE 1964: AS CONTROVÉRSIAS DA CARACTERIZAÇÃO



Foto: Arquivo/Agência O Globo

Por Milton Pinheiro

Completamos 60 anos do golpe de Estado que constituiu a ruptura institucional em abril de 1964. Nessa efeméride, diversas questões relevantes se apresentam para o debate político e historiográfico. São questões que remontam o período de 1945-1964, a crescente ação golpista das forças políticas reacionárias e conservadoras, o papel das frações burguesas com suas contradições internas e interrelações com o imperialismo estadunidense, a relevante organização dos militares para agirem no processo, as contradições que foram condensadas e se configuraram como crise política, etc.

Do ponto de vista da esquerda e do bloco popular e proletário podemos afirmar que, naquele período, avançou a intervenção na luta de classes com significativo papel dos comunistas, das novas organizações de esquerda, dos trabalhadores organizados em suas entidades, das lutas populares, do nascimento de uma forte presença das ideias nacional e popular, do florescimento cultural e artístico, do surgimento do nacionalismo reformista, da luta camponesa em defesa da reforma agrária e pela posse da terra, da participação no debate de militares nacionalistas, do interesse em debater o sentido das “reformas de base” e a discussão do papel da mulher e do negro na sociedade de classes, entre outras questões.

Contudo, mesmo com a essa enorme pauta que nos permite colocar em debate aquela cena política tão rica, optei, nesse pequeno artigo, por apresentar algumas balizas interpretativas na perspectiva de tentar caracterizar o golpe e a ditadura de 1964. Talvez, essa trilha explicativa também possa contribuir para combater a explícita impropriedade do revisionismo historiográfico e sua intervenção nessa temática.

O golpe de Estado de 1964 caracteriza-se pela ação articulada de diversas frações da burguesia interna organizadas por suas representações em entidades como a FIESP e congêneres, com a ativa participação também de entidades representativas dos latifundiários. Essa classe social (burguesia) detinha o controle de blocos de parlamentares para se fazer representar no parlamento e nos partidos

da ordem a partir das diferenciadas frações burguesas.

Essas forças da ordem consolidaram, no pré 1964, importante ação político-ideológica desenvolvida por aparatos: a exemplo do IPES, IBAD, ESG, segmentos reacionários da Igreja Católica e mídia corporativa; em consonância com a liderança dos militares na logística da intervenção. O pacto burguês, com total apoio do imperialismo estadunidense, foi operado e dirigido pelos militares enquanto burocracia de Estado, agindo acima das classes enquanto instituição, de forma bonapartista para preservar os interesses burgueses. Esses militares se orientavam pela ideologia da segurança nacional, cuja centralidade era o extermínio do inimigo interno e a subordinação ao imperialismo.

Essa burocracia de Estado (militares), intervindo de forma bonapartista enquanto instituição, autonomizou-se politicamente durante o processo golpista para comandar e gerenciar (a partir de um perfil tecnocrata) o Estado capitalista em seus diversos governos. Construindo, a partir daí, uma forte intervenção na dinâmica social para controlar e tutelar as relações sociais e políticas. Portanto, esse processo político de ruptura institucional e os governos de exceção que duraram 21 anos se configuraram como um golpe e uma ditadura burgo-militar.

Ainda no escopo dessa caracterização, se faz necessário apresentar, mesmo que de forma sumária, as controvérsias político-historiográficas de onde partem diversas caracterizações do golpe. Nesses 60 anos foram apresentadas interpretações que tentam dar conta desse dilema. A definição de que se tratou de um golpe civil-militar perde-se na hiperavaliação da presença de segmentos sociais que teriam estimulado a movimentação militar e, ao mesmo tempo, teria sido a base do processo golpista.

Não encontramos na pesquisa historiográfica, para além de uma difusa representação de segmentos “civis”, com participação de extratos da Igreja Católica e da “classe média” (em escassa presença), uma consistente representação de setores sociais que qualificasse essa vaga compreensão do que seja a caracterização do vetor “civil”



como instrumento determinante do golpe. Sem precisar argumentar que todos os que não são militares podem ser vulgarmente chamados de civis. Portanto, essa caracterização mais confunde do que desvela o papel de classe do golpe.

Uma segunda caracterização, importante pela densidade da pesquisa, informa que tivemos um golpe empresarial-militar, portanto, um golpe organizado por empresários em articulação com o IPES e os militares. A pesquisa do cientista político uruguaio, René Armand Dreifuss, é uma das maiores contribuições ao estudo do golpe como representação burguesa e a consequente tomada do Estado. Embora possamos entender o sentido dessa representação, no entanto, o uso dessa vaga caracterização do que seria “empresários” para identificar a presença burguesa enquanto agente da ruptura institucional, não responde à qualificação classista do processo, ou talvez denote uma presença individual de homens ricos como articuladores dessa ação golpista.

Essa caracterização do golpe, como empresarial-militar, se aproxima muito mais de um tipo ideal weberiano para explicar o fenômeno, talvez usando de uma aproximação com a categoria de ação social, que se baseia na intervenção individual, portanto, afastando-se do debate sobre classe, em contraponto a explicação marxista que examina o sentido e o papel das classes sociais em disputa dentro da sociedade. Essa conceituação também enfrenta problemas se levarmos em consideração o mérito da qualificação hodierna do que seria empresário, visto hoje como um empreendedor indeterminado e policlassista.

Por fim, a pesquisa histórico-política identifica fartamente uma articulação classista (burguesia e militares) para operar, desestabilizar e romper a ordem da democracia formal. Sendo assim, caracterizo como um golpe burgo-militar o movimento que rompeu a ordem constitucional no dia 1º de abril de 1964 e estabeleceu uma ditadura durante 21 anos

no Brasil (1964-1985).

Para concluir esse pequeno artigo, gostaria de render homenagens ao conjunto de homens e mulheres que tombaram na luta contra a ditadura e em defesa da emancipação humana, em especial os 43 militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) assassinados pelos governos da ditadura burgo-militar de 1º de abril de 1964 a 24 de setembro de 1979:

Ivan Rocha Aguiar (PE), Antogildo Pascoal Viana (AM), Carlos Schirmer (MG), Pedro Domiense (BA), Manuel Alves de Oliveira (SE), Newton Eduardo de Oliveira (PE), João Alfredo Dias (PB), Pedro Inácio de Araújo (PB), Israel Tavares Roque (BA), Divo Fernandes D’oliveira (SC), Severino Elias de Melo (PB), Inocência Pereira Alves (BA), Lucindo Costa (SE), João Roberto Borges de Souza (PB), José Dalmo Guimarães Lins (AL), Francisco da Chagas Pereira (PB), Epaminondas Gomes de Oliveira (MA), Ismael Silva de Jesus (GO), Célio Augusto Guedes (BA), José Mendes de Sá Roriz (CE), Davi Capistrano da Costa (CE – membro do CC), José Roman (SP), João Massena Melo (PE – membro do CC), Luiz Ignácio Maranhão Filho (RN – membro do CC), Walter de Souza Ribeiro (MG – membro do CC), Afonso Henrique Martins Saldanha (PE), Elson Costa (MG – membro do CC), Hiran de Lima Pereira (RN – membro do CC), Jayme Amorim de Miranda (AL – membro do CC), Nestor Veras (SP – membro do CC), Itair José Veloso (MG – membro do CC), Alberto Aleixo (MG), José Ferreira de Almeida (SP), José Maximino de Andrada Netto (MG), Pedro Jerônimo de Souza (CE), José Montenegro de Lima (CE), Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior (ES – membro do CC), Vladimir Herzog (Iugoslávia), Neide Alves Santos (RJ), Manoel Fiel Filho (AL), Feliciano Eugênio Neto (MG), Lourenço Camelo Mesquita (CE) e José Pinheiro Jobim (SP).

Presentes, sempre!



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

Ana Luiza Alves Bittencourt, André Luiz Lima, Leonardo Silva Andrada, Lincoln Secco e Osvaldo Coggiola

Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

Bernardo Ramos, Guilherme Corona, Milton Pinheiro e Rômulo Caires

Editor

Rômulo Caires

Diagramação

Guilherme Corona

Capa

Nathalia Batista

Revisor responsável

Bernardo Ramos

contato@omomento.org | www.omomento.org

ENTREVISTA DO MOMENTO MARISA MIDORI



Foto: Divulgação

Por Milton Pinheiro

Marisa Midori é Professora Livre-Docente em História do Livro da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Doutora Honoris Causa pela Universidade Eszterházy Károly, Eger (Hungria). Autora de *Império dos Livros – Instituições e Práticas de Leituras na São Paulo Oitocentista* (Edusp/Fapesp, 2011; 2019) vencedor do prêmio Jabuti da CBL (1o lugar em Comunicação) e o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda, pela Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro na categoria melhor ensaio social. Publicou, recentemente, *História de um Livro. A Democracia na França, de François Guizot* (Ateliê Editorial, 2021) e organizou a edição bilíngue de *Bibliodiversidade e Preço do Livro. Da Lei Lang à Lei Cortez. Experiências e Expectativas em Torno da Regulação do Mercado Editorial (1981-2021)* (Ateliê Editorial, 2021).

O Momento: Você, que é uma estudiosa das publicações marxistas e de esquerda no Brasil, como examina a contribuição dessa produção intelectual durante o século XX?

Marisa Midori: É preciso pensar que desde o início, o PCB teve um papel importante na construção de uma infraestrutura que pudesse responder ao que Lênin havia denominado de agitprop, ou seja, o dever dos comunistas de manter um programa de agitação e de propaganda. Por agitação se compreendia a formação dos comunistas, o que é importante salientar. Como demonstra Edgard Carone em uma pesquisa inédita, até hoje muito pouco citada, que ele intitulou “Literatura e Público”, que aparece no livro *Da Direita à Esquerda*, foi Astrojildo Pereira, desde 1922, o principal agitador do PCB. Agitador no sentido de criar uma infraestrutura livreira que permitisse a distribuição de livros para a formação dos comunistas em todo o país. Isso não era tarefa fácil, pois não havia editoras comu-

nistas e a imprensa operária mais consolidada vinha do anarquismo. Então era preciso criar tudo a partir de condições muito precárias, que dependiam muito da vontade dos militantes de honrar as encomendas e da organização do próprio Astrojildo que, como demonstra Carone, organizava o fluxo de livros encaminhados para as células do PCB com um auxílio de uma caderneta. E o que havia em termos de repertório? Traduções de Lenin, Bukharin, enfim, a bibliografia básica de formação. Esse espírito se mantém, como temos visto em pesquisas novas, que se voltam para as editoras militantes, Calvino, Unitas, ou Vitória, é a manutenção de um programa de formação política, embora com o passar do tempo já observemos edições mais elaboradas, textos comentados e, inclusive, a edição de autores brasileiros e de romance proletário. Mas é impossível pensar um comunista sem um livro, no mínimo o Manifesto em uma brochura de bolso, o que mostra a importância da montagem de uma infraestrutura editorial no programa do Partido.

OM: O Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve um conjunto importante de editoras. Como esse aparato ideológico contribuía para fazer avançar o projeto dos comunistas no Brasil?

MM: Em primeiro lugar, como assinalado anteriormente, a edição de livros visava claramente à formação política e ideológica dos militantes. Esse papel pedagógico se torna evidente na primeira edição do Manifesto, publicada em 1924, em Porto Alegre. No final da brochura, uma “nota do tradutor português” recomenda a leitura do texto quantas vezes forem necessárias para o seu entendimento; além disso, sugere que o mesmo seja lido e discutido em grupo; e, além de outras sugestões, que a brochura seja aproveitada



da melhor forma possível, ou seja, que exista, de fato, um esforço para a sua ampla divulgação junto ao proletariado. Essa formação ideológica é a base de tudo, mas as editoras, na medida em que se profissionalizam, vão mais longe. Vinicius Juberte demonstrou, em seus dois estudos, um sobre a Editorial Calvino, desenvolvido como dissertação de mestrado, e outro sobre a editora Vitória, desenvolvida no doutorado, que a possibilidade de profissionalização dos editores comunistas lhes permitiu a ampliação do catálogo para além da bibliografia de formação. Ambos os editores passaram a editar literatura e, como vemos em seus estudos, mas também no levantamento bibliográfico publicado por Edgard Carone sob o título *O Marxismo no Brasil*, a circulação do que se compreendia como romance proletário, para o qual se investiu em muita tradução, particularmente da literatura soviética, demonstra que eles compreenderam o papel do editor como um mediador entre a produção intelectual, ou literária, em um sentido mais amplo do termo, e o leitor. O que Carone chama de “literatura e público”, ao avaliar o papel de Astrojildo Pereira, como apontado acima. E não se pode perder de vista essa perspectiva. Quer dizer, é preciso considerar que a formação cultural, em um sentido mais abrangente, também faz parte desse processo de formação a partir de uma determinada visão de mundo. O aparato ideológico, como se diz, sobretudo aquele que passa pelo crivo editorial, não pode se restringir ao estudo dos textos clássicos da teoria marxista, ao seus comentadores, às análises de conjuntura e às apostilas, que também fizeram parte desse repertório, de formação pedagógico e ideológica. O repertório deve ser tão extenso quanto o são as necessidades humanas. E, olhando de longe, parece-me que os catálogos formados pelos editores comunistas souberam atingir essa abrangência, fugindo, até, da ortodoxia marxista ou soviética, talvez, por questões financeiras, afinal uma editora é uma empresa. Mas ainda assim a marca editorial estava registrada em todos os livros impressos.

OM: A Editora Vitória cumpriu um papel destacado na luta ideológica, como se deu essa intervenção na batalha das ideias?

MM: Em primeiro lugar, é preciso dizer que a Vitória funcionou de 1944 a 1964, ou seja, vinte anos. Ora, estamos diante de uma empresa sólida, cujo projeto apenas se tornou inviável por causa do Golpe Militar. Novamente aqui devo citar a tese de doutorado de Vinicius Juberte, *A Editorial Vitória e as edições comunistas no Brasil: da legalidade ao golpe (1944-1964)*, defendida no Programa de História Econômica da USP, sob minha orientação, e que se valeu de documentação inédita, além de fazer um balanço bem interessante da bibliografia existente. O que podemos apreender da trajetória da Vitória, à luz do próprio desenvolvimento do marxismo no Brasil? Em primeiro lugar, os comunistas mantêm o programa editorial do que podemos chamar de uma biblioteca de formação, seguindo as diretrizes da União Soviética. Mas, nos

anos de 1940, é flagrante a presença de intelectuais comunistas brasileiros que se destacam no cenário nacional, a exemplo de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Luís Carlos Prestes, que publicam, inclusive, em outras editoras, o que demonstra uma conjuntura realmente favorável para a edição brasileira. Cito, em passant, a importância do editor Enio Silveira e sua *Civilização Brasileira*. E essa concorrência é importante, porque fortalece a Vitória. É por ela que Monteiro Lobato, também ligado à *Brasiliense*, de Caio Prado Jr. e Arthur Neves, publica a brochura *Zé do Povo*. Enfim, esse movimento é importante, diria, vital para a formação de uma infraestrutura editorial do comunismo. E o último ponto, como assinaléi anteriormente, é preciso lembrar que Jorge Amado dirigiu a *Coleção Romances do Povo*. De alguma maneira, Jorge Amado reproduzia uma prática bem-sucedida, pelo menos antes da publicação dos processos de Moscou, do PCF, ou seja, um escritor de peso, na França o Louis Aragon, tornava o diretor da seção literária da editora do Partido. Esse foi um momento muito importante para a difusão da literatura operária no Brasil. Eu acho que, quando vemos hoje editoras de peso como a *Boitempo*, ou ainda a *Expressão Popular*, juntamente com outras editoras menores, igualmente comprometidas com a edição de esquerda, ou literatura de formação marxista – embora a presença de um partido na direção editorial seja algo mais difícil de se pensar – tudo isso é muito importante, pois preenche lacunas que os grandes grupos editoriais não têm interesse de preencher. E vemos jovens comprometidos com esses projetos, o que é fundamental para a renovação da militância. A *Perseu Abramo*, ligada à Fundação Perseu Abramo, também tem esse duplo papel: de uma lado, a formação política, com a publicação ou o apoio à publicação de textos fundamentais da literatura marxista (eles acabam de publicar *A Sagrada Família*, de Engels). Por outro lado, eles não perdem de vista a edição de pesquisas importantes que situam o Brasil e seus militantes na história do marxismo, ou de uma cultura comunista. Cito o exemplo do belo livro editado sobre Mario Pedrosa e toda a mobilização que houve, não faz muito tempo, no Sesc para resgatar seu papel como crítico de arte. Mas também há um outro lado que me parece igualmente fundamental, a saber, a capacidade da editora olhar as questões de seu tempo e responder a tudo isso como texto informativos, às vezes de pesquisa mais densa, mas, enfim, de atualizar sempre seu catálogo. Em certo sentido, quando olhamos o catálogo que a Vitória logrou construir nos vinte anos de funcionamento, podemos perceber que ela soube se renovar, sem, contudo, desviar-se de uma certa ortodoxia do Partido. E isso é importante, porque era uma editora do Partido, e não apenas uma editora montada por um simpatizante, ou militante independente, como no caso da *Civilização Brasileira*, ou da *Brasiliense*, citadas anteriormente.

OM: A Imprensa Popular, pós 1945, desenvolveu uma longa jornada no sentido de informar e defender os interesses do povo e da classe traba-

lhadora, o que você considera mais importante no papel dessa imprensa comunista?

MM: Eu confesso que a história dos jornais comunistas me escapa, pois sempre estive preocupada com a questão editorial. Então, o que nós temos a partir de 1945? O Partido se mune de uma imprensa própria, jornais diários, publicados no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio de Janeiro era a Tribuna Popular, em São Paulo era o Hoje. O Hoje foi estudado por Pedro Pomar em sua tese de doutoramento. Mas ele publica na Revista Perseu, um excelente artigo sobre o tema. Na verdade, ele é muito mais balizado do que eu para responder a esta questão. A presença de um jornal diário, voltado para as massas é o aspecto mais importante dessa história. É tão importante, é tão vital, que eu diria que é o que nos falta até hoje. Veja que agora o PT tentou emplacar um canal de televisão em história incrível, [mas] não obteve a licença por parte do Ministério das Comunicações. Observe que hoje a maior fragilidade da esquerda reside na comunicação dirigida às massas. Os quadros da esquerda são geralmente muito bem preparados politicamente. E isso acontece porque há uma tradição que associa a militância à formação ideológica e política. Eu acompanhei a ascensão do Jones Manoel nas redes sociais e parece claro que ele soube fazer uso dos canais de comunicação de massa que a velha esquerda não consegue atingir. Talvez não consiga atingir porque, na verdade, esses jornais que eu citei não tenham sobrevivido ou mesmo deitado raízes. Vou citar novamente o caso francês porque eu o conheço melhor: estava conversando com alguns colegas aqui na França e um deles disse que era leitor do Le Monde. A partir daí, instalou-se uma discussão. "Mas o Le Monde é de direita", disse uma leitura do Libération. Outro disse, "mas o Humanité tem mais qualidade". E um outro disse simplesmente, "eu gosto da crítica literária do Figaro" (nota bene, um jornal conservador). Eu pensei, "em São Paulo temos a Folha e o Estadão para chamar de nosso". No Rio os cariocas têm O Globo. Para sair da França e citar um caso que eu li. O editor, falecido, já, estadunidense, André Schiffrin, disse que um dia ele visitou a Finlândia e ficou estupefato com a quantidade de jornais diários que ele encontrou em uma banca de Helsinki. Seu padrão era os Estados Unidos? Nem de longe? Ele comparava esse quadro ao da França! E se ele desse um passeio pela Paulista em um domingo de manhã, não digo agora, quando os jornais tendem a se desmaterializar, mas há dez anos. O que ele viria? Então, quando o PCB investe em jornais diários, isso é muita coisa! É algo enorme! Isso significa a mobilização de jornalistas que vão alimentar esses diários; mas de gráficas; e de todo um aparato logístico, porque jornal que não atinge as massas é folheto de fábrica, não é jornal – pelo menos no sentido e na função a que nos referimos, sendo a mais importante, no meu entender, que é a de pautar as notícias frente ao que a mídia burguesa faz. Então, é importante entender a dinâmica dessa imprensa comunista do passado, inclusive, as dificuldades de tal projeto para se perceber que a crítica que se faz hoje à esquerda é muito séria. É uma crítica

que vem de longa data e que escancara a sua dificuldade de fazer frente aos grandes grupos midiáticos brasileiros. Outro dia eu assistia a um jornal do interior de São Paulo, um jornal de Sorocaba filiado à Globo e fiquei escandalizada com o que vi: uma matéria narra a troca do cachorro da polícia militar por um outro mais novo! Foram pelo menos 15 minutos de uma matéria afluente. Ora, cadê a esquerda para ocupar esse espaço enorme da televisão? Como é possível que um jornal local, em um ambiente aparentemente democrático, pode desperdiçar tanto tempo com um vazio de pauta como este? Como é que o telespectador não tem o aparato crítico e a opção de simplesmente mudar o canal e ver algo que esteja próximo de sua realidade, que o permita distrair-se, mas ao mesmo tempo compreender o seu mundo? Precisamos acreditar que isso ainda é possível. Mas, para isso, é preciso enfrentar a realidade, aprender, se for o caso, com essa nova geração que domina os meios, usar a experiência e sabedoria da velha militância e criar algo novo. Algo como os comunistas criaram lá em 1945, tanto do ponto de vista da imprensa diária – eu folheei muitas vezes o Hoje, porque o professor Edgard Carone tinha uma coleção! – quanto de uma inserção mais efetiva nas redes sociais.

OM: Seria possível, hoje, um partido revolucionário ter um jornal ou uma editora que conseguisse ter importante presença política e intelectual na sociedade?

MM: Sim, é possível e necessário. A imprensa diária não perdeu sua relevância, muito pelo contrário. Não sei como fazer, porque não sou da área. Mas eu vejo, por exemplo, o salto que o Jornal da USP deu nos últimos anos. Era um jornal que eu lia, impresso em papel, mas muito acanhado do ponto de vista do seu alcance enquanto uma mídia vocacionada a colocar a ciência a serviço da sociedade. Hoje é um jornal acompanhado por muita gente de fora da USP, justamente porque tem a chancela da USP, claro, mas também porque apresenta uma pauta que não interessa nem ao UOL, nem ao Estado, nem à Folha... enfim, é um jornalismo independente, diário e de qualidade. E feito de forma heroica por uma equipe muito enxuta. Enfim, não é um exemplo de jornalismo militante, mas é um exemplo de jornalismo independente e de qualidade que tem crescido muito. Ora, isso mostra que a esquerda pode se debruçar em um projeto semelhante. Lá no passado eu participei, como colunista, da revista Brasileiros. Era um misto de política, economia e cultura que veio arejar as bancas de jornais, muito viçadas no sistema. Veja. Então é possível entreter com material de qualidade. Massa crítica a esquerda tem e de sobra! Tem que encontrar o canal, a linguagem, investir, não temer a concorrência. Se os comunistas de 1945 fizeram com muito menos recursos, por que não agora?

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS



Foto: Estúdio Horácio Novais

Por Lincoln Secco e Osvaldo Coggiola

A Revolução dos Cravos começou como um golpe militar no interior de uma ditadura fascista, que abriu passo para uma mobilização popular sem precedentes na Europa de pós-guerra. A partir de abril de 1974, no meio de um início de revolução social que abalou os cimentos do Estado, Portugal sofreu os abalos das lutas políticas pela renda nacional e pelo controle das empresas. O produto nacional diminuiu, a participação dos salários aumentou e o país viveu o impasse: superar a crise via desenvolvimento autônomo e socialista ou integrar-se à Europa e restaurar o despotismo de fábrica capitalista.

Entre as ações típicas que afirmaram a autonomia das bases da revolução podemos indicar três principais: o movimento popular que já no 25 de abril ocupou casas, creches e presídios políticos; o movimento organizado de trabalhadores rurais e urbanos que muitas vezes superou os limites impostos por suas representações sindicais e associativas; o próprio MFA, movimento das Forças Armadas, cujos soldados e oficiais de baixa patente colocaram em risco a unidade do Exército como garantidor da ordem burguesa em Portugal. O número de greves superou as expectativas do Partido Comunista Português, totalizando 734 entre o 25 de abril e a tentativa de golpe de 28 de setembro. As lutas nas empresas e os conselhos de fábrica levaram socialistas e comunistas e o próprio MFA a tentar controlar o movimento sindical.

O III governo provisório, iniciado em outubro, foi marcado pela ascensão das lutas populares. As comissões de trabalhadores iniciaram experiências autogestionárias em algumas empresas e

várias greves foram convocadas, novas ocupações de casas em Lisboa, a exigência da reforma agrária... no fim de 1975 eram 25% da superfície arável de Portugal geridos por unidades cooperativas de produção. Aprovou-se ainda a lei da unicidade sindical a 13 de janeiro de 1975, propugnada pelo PCP, e que reconhecia na Intersindical, dominada pelos comunistas, a única central de trabalhadores legítima – o MFA buscava no PCP (que entre junho e setembro havia dobrado de tamanho e agora contava cem mil filiados) o instrumento de manutenção da ordem no efervescente “mundo do trabalho”, tão propício a reivindicações salariais reprimidas. A participação salarial no rendimento nacional saltou de 34,2% no ano imediatamente anterior à revolução para 68,7% ao seu final.¹

Os objetivos fundamentais do MFA se resumiram aos chamados três “D”: Descolonização, Desenvolvimento e Democracia. A descolonização era a principal reivindicação dos militares. Tratava-se de acabar com o império e resgatar a legitimidade das Forças Armadas. Para tanto, elas precisavam mudar de função: deixar de ser o esteio do império e se tornar a base da passagem do colonialismo em África para algum novo papel político “europeu”. Os objetivos nacionais entraram em conflito com os “imperiais”, já que a principal instituição nacional, o exército, precisava manter sua integridade corporativa sem perder a guerra.

Ora, a guerra já estava estrategicamente perdida. Por isso, o MFA propunha vagamente algum tipo de desenvolvimento econômico (e social) que fosse o sucedâneo da economia que se tornara elo de transmissão entre as colônias e os países

centrais (Europa e EUA). Ainda que aquela economia fosse cada vez mais de interesse de apenas um punhado de colonialistas que lucravam diretamente como donos de terras e investimentos na África ou como “transportadores” ou concessionários de exploração das riquezas africanas, a maioria da nação não encontrava salvaguarda naquela estrutura. O desenvolvimento das escassas forças produtivas de um capitalismo semiperiférico tendia a encontrar na Europa (e não em África) suas possibilidades de expansão subalterna.

Aos países centrais e às próprias colônias (cujo comércio exterior prescindia cada vez mais de Portugal como mercado de destino) parecia muito mais lícito retirar o véu colonialista que encobria a real exploração da África Portuguesa pelo capital oligopolista internacional de modo a deixar duas saídas claras: a revolução social anticolonial ou a adaptação nos marcos de um capitalismo dependente e associado. A democracia era o corolário inevitável do fim do império. Ela era o antípoda da ditadura fascista. Como a superestrutura política era o entrave a outra forma de expansão das relações de produção capitalistas (fosse ela dependente da Europa ou de transição socialista), a democracia era o ariete que derrubaria o império colonial como um todo. Mas qual democracia? Em torno do seu significado, se moveram as peças do jogo de xadrez no processo revolucionário em curso. Uma democracia popular (a la Leste Europeu) sob liderança do PCP; uma democracia de conselhos; a convivência de formas diretas e indiretas de atuação (como propugnou no início do século XX o austríaco Max Adler); uma democracia representativa liberal (com maior ou menor conteúdo social) etc.

Os três “D” impuseram o quadro estratégico da atuação revolucionária. Dentro dele é que as forças político-militares poderiam estabelecer suas manobras táticas. Mas o quadro estratégico não impõe só limites, abre também novas possibilidades. São as manobras no campo de batalha que determinam o quanto a revolução avança ou recua. A revolução foi possível no quadro geral da descolonização; do confronto indireto entre URSS e EUA; do recuo dos EUA diante da ascensão das lutas de classes desde os anos sessenta (especialmente pela sua derrota à vista no Vietnã). Mas foi limitada pelas estruturas seculares da economia portuguesa, pela sua distribuição demográfica, arranjo agrário, limites ideológicos de suas elites políticas e, sobretudo, pelo fato de ser dirigida por um Exército regular incapaz de se transmutar num órgão decididamente revolucionário.

Depois de três anos de mobilização intensa, a revolução operária e popular arrefeceu. Com a adesão à União Europeia em 1985, Portugal sacrificou a autonomia do seu desenvolvimento endógeno das forças produtivas, particularmente

depois da criação do Euro. No século XXI o país teve uma taxa de crescimento do PIB abaixo da média da União Europeia, recessão e aumento do desemprego. Mais recentemente, a própria democracia tem sido ameaçada pela ascensão de grupos fascistas.

Notas

1 Cf. Secco, Lincoln. A Revolução dos Cravos: economias, espaços e tomadas de consciência. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2024 (no prelo).

UM SÉCULO DE LUTAS DOS TRABALHADORES O CENTENÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO



Por Leonardo Silva Andrada

Resenha do livro: PINHEIRO, Milton (org.) *Partido Comunista Brasileiro – 100 Anos de História e Lutas*. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2023

Condensar um século de história não é um empreendimento trivial. Sintetizar a caminhada centenária de um partido, cujo propósito é organizar a classe trabalhadora para sua revolução, passando longo período na clandestinidade, resistindo a duas ditaduras, vendo seus quadros sendo perseguidos, torturados e eliminados, enfrentando tentativas de liquidação e rachas históricos, é uma tarefa hercúlea. É diante de desafios de tamanho fôlego, diria um autor russo, que assim se forjou o aço. No livro dedicado a avaliar os homens e coisas do Partido Comunista Brasileiro em seus cem anos, um conjunto de autores executa essa tarefa com a categoria que a formação bolchevique inspira. Organizado por Milton Pinheiro, Partido Comunista Brasileiro – 100 Anos de História e Lutas dá conta da trajetória do PCB dividindo sua história em períodos relacionados à atribulada história da modernização conservadora brasileira, com seus reflexos na classe que o Partido foi fundado para ser a vanguarda.

Já no prefácio, Mauro Iasi situa a gênese do Partido como mais uma das expressões de uma sociedade na aurora de sua modernização, enquanto politicamente ainda era submetida ao controle oligárquico em sua luta para impedir a chegada do novo que, inevitavelmente, sempre vem. É nesse contexto que emerge uma proposta avançada de ruptura com o passado, embalada pela vitória bolchevique na Rússia, tratando de transplantar para a América Latina, o operador político capaz de entregar ao proletariado o timão da superação do atraso. Como nos preparando para as etapas que virão nos capítulos, aponta como esse partido seguiu firme pelo século, órgão de luta de uma classe contra exploradores que, em distintas apresentações, realizou sua própria revolução em um ritmo lento, nunca se completando, sempre carregando o passado que prevenia contra a participação política dos produtores que

nada são em tal mundo.

O período de fundação e primeiros passos é tratado no capítulo de Antônio Mazzeo, partindo de um quadro histórico do Brasil que apenas lançava as bases de sua industrialização. Desponta um movimento operário em larga medida composto por imigrantes, expressão dos subalternos em uma modernização de caráter prussiano-colonial que se pretende liberal burguesa – na estrutura institucional, na produção ideológica, na vida artística – mas que não se desvinculava da herança de um passado escravista muito próximo. Uma breve síntese da formação nacional esclarece que tipo de capitalismo estava posto ao nascente proletariado brasileiro. Um elemento relevante, do ponto de vista político, considerando os traços autocráticos que nossa modalidade de objetivação histórica legou. Como aponta Mazzeo, nessas condições, foi o movimento operário o pioneiro, na denúncia de ausência de espaços democráticos para a incorporação política dos setores que não possuíam fazendas.

Na aurora do novo século, uma miríade de organizações canalizava a luta proletária. É nesse ambiente eferescente que atuava Astrojildo Pereira, jornalista que não se furtou à militância operária, figura de destaque entre os fundadores. A combinação de aceleração capitalista com os desdobramentos da I Guerra, trazem para o contexto brasileiro o desenvolvimento em novas bases do movimento operário, com a fundação do Partido Comunista em 1922. Ao ser reconhecido pela Internacional Comunista dois anos depois, incorpora sua tese da revolução por etapas, que incide sobre sua linha política por décadas adiante. Mesmo no escopo desse marco importado, o Partido procura elaborar uma concepção de ação partidária condizente com uma leitura própria da realidade nacional, cuja súpula teórica, com todas as limitações, é o opúsculo Agrarismo e Industrialismo, de Octávio Brandão. Uma tentativa pioneira de interpretar o Brasil sob o prisma marxista, que define o caráter da revolução como democrático-pequeno-burguesa,

avanchando a proposição do país como palco periférico de uma disputa inter-imperialista. Esse momento testemunha ainda os primeiros contatos com Luís Carlos Prestes e a formação da ANL, com grande impacto no evento que marca o início do período seguinte.

O Terceiro Período é objeto do capítulo de Muniz Ferreira, abarcando o período entre a derrota do levante de 1935 e a cassação do registro do Partido em 1947, ou seja, das vésperas do golpe do Estado Novo aos primeiros momentos de vigência da República de 46. Um período caracterizado por forte sectarismo, que incide diretamente sobre a política de alianças. Muniz interpreta o caráter do Levante de 35, localizado na longa linhagem dos alicerces militares que nascem com a própria República. No caso aliancista, com a peculiaridade de seus traços anti-imperialistas, anti-oligárquicos e anti-fascistas. A derrota orienta uma nova guinada na linha política, que se assenta na crítica aos desvios esquerdistas, redefinição de objetivos táticos e ampliação da política de alianças, que se condensam na estratégia de consolidação de um regime de liberdades democráticas. Articulando a pauta dos movimentos de massa, o PCB alcança posição de relevo como ator político da transição pós-Estado Novo. Tratando de reorganizar o Partido, é convocada a Conferência da Mantiqueira em 1943, responsável por ratificar a política de União Nacional, orientação que favorece a penetração popular de massa e a direção dos movimentos populares no “intervalo democrático”. A legalidade conquistada nessa conjuntura o fez uma potência política, com grande interlocução na vida cultural brasileira e uma vigorosa imprensa própria. Alcança expressiva votação, valendo-se da inserção institucional para avançar projetos de importância para a classe trabalhadora, na Constituinte de 46. A combinação entre início da guerra “fria” e interesse de governo e do PTB em neutralizar seu mais formidável adversário no movimento sindical concorrem para a cassação do registro legal do Partido, que entra em nova fase.

O período do “intervalo democrático”, entre 1947 e 1964, é perscrutado por Milton Pinheiro e Sofia Manzano, que destacam dois eixos de ação no período – a reafirmação da democracia formal como espaço político para melhor organizar a luta política dos trabalhadores, a par de uma ação que estimulava rupturas com o autoritarismo burguês. Os autores identificam as raízes da política desse período nas vicissitudes do período anterior, de forte repressão, que interferem nas escolhas de 1945/46. É um período genético em que a política foi orientada por esforços de segurança institucional, pautados na política de União Nacional que desarmou o Partido, com consequências profundas e duradouras. Por seu decisivo impacto no caminho que o PCB seguirá a partir de então, Pinheiro e Manzano se dedicam a interpretar de onde veio essa política, e para onde ela apontou. Uma orientação que não passou sem questionamentos da militância, atenta às possibilidades de realização de seus objetivos, bem como seu papel no desarme do Partido para atuar no movimento de massas e resistir aos ataques de uma conjuntura de acirramento das contradições. Como questão de fundo deste capítulo, figura a pergunta: qual o papel do PCB na luta de massas e no movimento operário, se a democracia formal era a centralidade? A chave interpretativa passa pelos anos de clandestinidade e o ineditismo da participação formal na institucionalidade.

O Partido foi desarmado pela ruptura com sua forma histórica de atuação, para o que contribuiu a decisão por participar da ordem burguesa. É essa a dualidade que acompa-

nha a atuação nesses termos, luta de massas e democracia formal, conflito x integração. As derrotas impostas no alvorecer desse período reclamam a autocrítica, que identifica a necessidade de uma compreensão mais qualificada da formação nacional. Tem início a produção de análises teoricamente mais consistentes, e a ação é redirecionada para a luta popular e sindical, decisiva para o papel desempenhado nos anos 50 e 60. No período de aceleração da modernização com JK, vigia a orientação do Manifesto de Agosto, com foco na autonomia das massas. Ao mesmo tempo, a práxis partidária se dará em desacordo com essa linha, tida como isolacionista; é a disjuntiva conflito x integração operada na prática. O partido está, na prática, sem orientação definida, quando é atropelado pelo Relatório Kruschew, que força o debate interno, avançando a deterioração da linha política do Manifesto e dá fôlego ao polo da integração. É nesse ambiente que vem à luz a Declaração de Março, de 1958, que partindo da análise da formação nacional, o desenvolvimento econômico e a estrutura de classes, afirma a via pacífica para a Revolução Brasileira, firmando compromisso com a Frente Única Nacionalista e Democrática. O V Congresso, em 1960, ratifica essa linha, consolidando o desarme dos comunistas para enfrentar a etapa seguinte.

A vigência da ditadura burgo-militar corresponde ao período avaliado no capítulo de Ricardo da Gama Rosa e Marta Barçante Pires. Em meio à efervescência cultural que refletia a intensificação da modernização conservadora e o aumento da participação política dos trabalhadores, as referências teóricas e empíricas adotadas dificultam ao PCB vislumbrar a conspiração burguesa que desemboca no golpe de 1º de abril. O Partido apostou na aliança com uma burguesia que optara por estreitar laços com o imperialismo. Como já apontaram os autores do capítulo anterior, essa linha desarmou os comunistas. Após idas e vindas, o Partido se reaproxima de Jango em fins de 63, quando não se discute mais se haveria um golpe, mas quando seria, e sob comando de que forças. Nesse clima de tensão política e conspiração, a imprensa operária estampava manchetes triunfalistas descoladas da realidade. Consumado o golpe, o trabalho de reorganização tem início já em 64. A partir da autocrítica provocada por derrota tão amarga, desponta a opção tática que caracterizou a atuação do Partido durante toda a vigência do regime: isolar e derrotar a ditadura por meio de amplo trabalho de massas. Seja na caracterização como ditadura policial fascizante, seja como militar fascista, o PCB não sucumbe à sedução da via armada, tão inadequada quanto deletéria para o avanço da luta popular naquele momento. Quando a brutalidade repressiva destroçou as organizações que fizeram essa opção, houve balanço generalizado em favor da via de massas, antecipada pelos comunistas desde o primeiro momento. Os movimentos táticos elaborados serão muito relevantes na ocupação dos espaços abertos durante o período de abertura dos dois últimos governos de generais. O período final da ditadura permite o retorno do Comitê Central ao exílio, que traz consigo as contradições que se desenrolavam com os dirigentes no exterior. Divergências que desaguardam nos duros embates que caracterizam toda a década seguinte, e têm seu ápice simplesmente em uma tentativa de liquidação do PCB – e dessa vez, não por uma ditadura.

É complicado hierarquizar momentos mais duros que outros, na história de um Partido como o PCB. É também um tanto estranho encontrar maiores dificuldades em período de relativa tranquilidade, como a transição democrática, após ter sobrevivido (e atuado de forma decisiva) em duas ditaduras. O capítulo de Heitor Ribeiro ressalta uma



modalidade de problemas que é particularmente insidiosa: a disputa interna que aponta para o liquidacionismo, ao longo da década de 1980. Não um inimigo declarado tentando aniquilar os revolucionários, mas “camaradas” tentando dismantlar o Partido por vias escusas. Por outro lado, se assumimos que o novo, para sua plena realização, depende do deslocamento do velho, esse é o momento de recuperação de um projeto revolucionário, que conduz à reconstrução. É relevante manter em tela que se trata do mesmo período em que ocorre o dismantelamento da URSS e o bloco socialista, com todas as consequências que impôs ao Movimento Comunista Internacional.

O Partido se consumia em disputas intestinas, com a preponderância de um grupo atrelado a uma interpretação política míope, aferrada às deliberações de um VII Congresso realizado antes do AI-5, da “Abertura” e da Anistia. Assumia uma defesa obstinada da unidade na frente ampla, na conciliação com setores burgueses e no refreamento do movimento de massas, postura responsável por uma progressiva perda de conexão com as massas e as lutas da classe trabalhadora. Entre os três campos que se formam nas disputas internas, a maioria de um Comitê Central envelhecido busca alcançar maioria se aliando com o grupo eurocomunista, que, na prática, abdicara dos fundamentos do marxismo-leninismo e seus desdobramentos estratégicos e táticos, vistos como ultrapassados na realidade histórica. É dessa aliança espúria que partem os movimentos golpistas que tentaram mudar o nome do Partido, abandonar seus símbolos históricos, se desvencilhar do marxismo-leninismo, superar (por decreto) a luta de classes. A tentativa, contudo, esbarra na resistência decidida do grupo que mobiliza esforços para garantir a preservação do PCB, e de cujo balanço crítico das opções e ações que levaram àquela situação, retiram lições e forças para empreender a reconstrução revolucionária do período seguinte.

O capítulo final, dando conta do período de reconstrução revolucionária que cobre os últimos trinta, entre os cem anos de história, fica a cargo de Edmilson Costa. É a busca pela recuperação de uma linha classista, superando os equívocos e vacilos da linha constituída nos estertores da ditadura. Foi uma linha conciliatória que domesticou o Partido e neutralizou sua intervenção, a partir de uma leitura engessada da realidade brasileira que o afastava das lutas e demandas da classe que pretendia e deveria organizar, resultando na perda de capilaridade e organicidade. O período pós-92 é de lutas, esforço e dedicação de valorosos militantes, empenhados na reestruturação do Partido em novas bases, procurando, na recuperação de seus propósitos revolucionários, construir uma linha política efetiva na aplicação tática da estratégia socialista para o Brasil. Luta que se desenrola em período de extrema adversidade, com o avanço do neoliberalismo e seus efeitos na classe, implicando recuo do movimento popular e sindical para posições defensivas. A reconstrução opera a reinserção no movimento sindical e, ao mesmo tempo, empreende uma leitura atualizada das formas de expressão da luta popular hoje. Contra as reiteradas tentativas de dismantelamento do PCB, em gesto de resistência ao oportunismo e à traição, 500 delegados no Colégio Roosevelt mantiveram o compromisso de preservar o partido histórico do proletariado, redefiniram suas bases, estabeleceram um plano de lutas e reafirmaram a linha socialista da revolução brasileira, em uma formulação contemporânea. O paciente trabalho reinseriu o Partido nas lutas populares, o espraiou por todo o território nacional e busca permanente renovação da in-

terpretação da realidade, para não se descolar das lutas da classe trabalhadora.

A trajetória mostra como, em meio a erros e acertos, propostas e autocríticas, o centenário Partido da classe operária buscou, mediante referencial teórico e análise de conjuntura, a conexão com o cotidiano e as questões concretas, organizar a classe em um potente movimento de massas que tomasse a história nas mãos. Lutou para responder às necessidades políticas derivadas das questões estruturais e conjunturais de uma classe submetida à superexploração e exclusão política sob a dominação da autocracia burguesa constituída em um país dependente “imperializado”. Não importam as posições assumidas por Ferreira Gullar em seus últimos anos; durante um período foi um importante militante comunista, e não há absurdo que tenha pronunciado, capaz de suplantiar a verdade dessa frase: “quem contar a história do nosso povo e de seus heróis, tem que falar do PCB, ou estará mentindo”.

UFBA: CORTE MILIONÁRIO, CONGELAMENTO E REFORMISMO



Foto: Divulgação

Por André Luiz Lima

A Universidade Federal da Bahia recebeu para o ano de 2024 um orçamento 7% menor que no ano anterior, o que representa R\$ 13 milhões a menos que em 2023 (dados da UFBA), quando a situação financeira da universidade já estava bastante agravada. Para se ter uma noção, o orçamento atual chega a ser menor que o de 2014, há 10 anos, o que elucida um processo gradativo e constante de precarização dessa instituição de ensino.

Esse corte problemático estava previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, o que significa que foi um corte geral no orçamento das universidades federais. Em comparação, no ano passado, o orçamento previsto para as universidades federais chegou a R\$ 6,2 bilhões, superando o orçamento atual que é de R\$ 5,9 bilhões. Diferença de R\$ 300 milhões.

É de suma importância destacar a ineficiência do reformismo do Partido dos Trabalhadores (PT) perante essas temáticas, uma vez que não existe capacidade de subversão da lógica de considerar a educação como um gasto ou área passível de corte e congelamento. Além disso, o que esperar de um *presidencialismo de coalizão* com setores de extrema direita para tocar as demandas cruciais à população?

Antes da LOA ser sancionada pelo Presidente da República, é organizada e estipulada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (Simone Tebet - MDB). Esse mesmo Ministério a envia na

forma de Projeto de Lei Orçamentária à casa civil da presidência que, até o dia 31 de agosto do ano, leva o projeto ao Congresso Nacional para ser votado. A Comissão Mista de Orçamento (composta por ambas casas do Congresso Nacional) discute e tem poder de alterar a proposta através de emendas e só depois disso, o Plenário do Congresso, tendo até o dia 22 de dezembro do mesmo ano, faz a votação. Ao final de tudo, a Lei Orçamentária Anual é enviada novamente ao Presidente da República para sanção ou veto.

Não é preciso afirmar que a Lei Orçamentária Anual foi sancionada pelo Presidente Lula em conluio com suas alianças do campo que anseia pelo sucateamento das universidades federais. Todas essas ações atuais, são somadas ao congelamento dos investimentos públicos em áreas como saúde e a própria educação.

Essa é a Emenda Constitucional nº95 de 2016 (EC 95/2016) que foi aprovada pelo Congresso Nacional no Governo Temer. A emenda congelou os investimentos nas áreas já citadas por 20 anos, ou seja, até 2036. Corte milionário e congelamento previsto em 2 décadas. Essas duas decisões do poder público acabam favorecendo o capital privado e facilitando sua inserção nas universidades federais.

Esse movimento das empresas privadas passou a se intensificar também por conta da pandemia quando, por exemplo, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) acabou recebendo

do apoio da iniciativa privada e arrecadou R\$ 11 milhões em recursos próprios para pesquisa da COVID. No caso da UFBA, a Shell, dentre outras empresas, é responsável pela inserção do capital privado, investindo R\$ 32 milhões no Instituto de Geociências da universidade, a título de exemplo. Tal investimento privado que poderia - a título de comparação - representar 18% do orçamento público geral da UFBA para 2024 (R\$ 173,2 milhões) em um único instituto da universidade.

É imprescindível abordar de maneira crítica o governo atual, mesmo que, nas aparências, se trate de um governo mais favorável do que o anterior, do ponto de vista da classe trabalhadora. Todavia suas alianças ainda são com setores do neoliberalismo que objetivam a mercadorização do ensino e a deficiência do estado no que tange o investimento público em educação e outras áreas. É preciso nos atentarmos à organização e mobilização, enquanto diretamente afetados (no interior da universidade), mas ao mesmo tempo, buscar agitar e informar as populações indiretamente afetadas, abordando o discurso sobre o corte no orçamento, sobre a EC 95/2016, a ineficiência do reformismo e, sobretudo, a necessidade do rompimento da ordem estabelecida.

Referências:

Centro de excelência em geoquímica do petróleo receberá investimento de R\$32 milhões da Shell | LEPETRO. Disponível em: <https://lepetro.ufba.br/node/21>. Acesso em: 3 mar. 2024.

Educação federal perde recursos na LOA 2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/educacao-federal-perde-recursos-na-loa-20241>. Acesso em: 3 mar. 2024.

OLIVEIRA, C. UFMG: Parcerias com iniciativa privada aumentam verba para pesquisa | O TEMPO. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/ufmg-parcerias-com-iniciativa-privada-aumentam-verba-para-pesquisa-1.2490679>. Acesso em: 3 mar. 2024.

Orçamento da UFBA sofre corte de R\$ 13 milhões e é menor que o de 2014 | Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/orcamento-da-ufba-sofre-corte-de-r-13-milhoes-e-e-menor-que-o-de-2014. Acesso em: 3 mar. 2024.

CRISE CLIMÁTICA ESPONTÂNEA OU POR EXPANSÃO DO CAPITAL?



Foto: Cadu Gomes/VPR

Por Ana Luiza Alves Bittencourt

Nos últimos anos, tem sido observada uma notável incidência de ondas de calor no Brasil, afetando diversas regiões do país e levando a temperaturas muito acima da média histórica. Este fenômeno, documentado em um recente artigo do ano passado produzido pela BBC News Brasil, reflete não apenas uma percepção sensorial, mas uma realidade climática preocupante, com registros de recordes de calor em várias cidades. A intensificação dessas condições está ligada diretamente às ações antrópicas, que têm alterado o clima de forma significativa. O fenômeno natural do El Niño, por exemplo, tem sido exacerbado devido à interferência humana, enquanto a exploração desenfreada dos recursos naturais, como o desmatamento, a mineração e a modificação dos biomas pela agricultura, contribui para o aumento do aquecimento global.

Essas mudanças climáticas são resultado de décadas de práticas que priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da conservação ambiental. Desde o início da Revolução Industrial, o homem tem subjugado a natureza em prol de suas necessidades econômicas, resultando em um ciclo de produção capitalista que visa lucros excessivos, sem considerar os impactos ambientais. A falta de medidas para conter o uso desenfreado dos recursos naturais remonta à metade do século XX, quando as preocupações ambientais já eram urgentes e medidas para reduzir o impacto humano no clima estavam em discussão.

Além das atividades mencionadas, outras práticas humanas têm contribuído para o agravamento do aquecimento global no Brasil e em todo o mundo. Entre elas estão as emissões de gases de efeito estufa provenientes da queima de combustíveis fósseis, da indústria e da agropecuária intensiva. Esses gases, como o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O), acumulam-se na atmosfera, criando um efeito de estufa que retém o calor e aumenta as temperaturas globais.

A crescente urbanização e a expansão desordenada das cidades também têm um papel significativo no aumento do calor, com a substituição de áreas verdes por superfícies impermeáveis, como concreto e asfalto, que absorvem e irradiam calor, criando ilhas de calor urbana. Em todo o país, com a especulação imobiliária sobretudo no litoral, esse fenômeno tem se agravado.

Diante desse cenário preocupante, é fundamental adotar medidas urgentes para mitigar os impactos do aquecimento global. Isso inclui a implementação de políticas públicas que promovam a redução das emissões de gases de efeito estufa, o incentivo ao uso de fontes de energia renovável, como solar e eólica, e a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis.

Além disso, é essencial investir em projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, visando aumentar a capacidade de absorção de carbono da vegetação, o que vai de en-



contro a práticas como o desenvolvimento que o agronegócio possui no país. A conscientização e a educação ambiental também desempenham um papel crucial, deve haver uma conciliação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, para que o aquecimento global não caminhe com a expansão desenfreada do capitalismo, que é um modelo de produção que se mostra cada vez mais insustentável.

"O capitalismo, em sua lógica intrínseca de busca incessante por lucro e crescimento econômico, tem levado a uma exploração desenfreada dos recursos naturais e a uma degradação ambiental sem precedentes, colocando em risco não apenas os ecossistemas do planeta, mas também a própria sobrevivência da humanidade."

O trecho destacado resume de forma sucinta a tese central do autor brasileiro Luiz Marques em seu livro "Capitalismo e Colapso Ambiental". Ele destaca como o sistema econômico capitalista, com sua ênfase no lucro e no crescimento econômico contínuo, tem sido o principal motor por trás da exploração desenfreada dos recursos naturais. Essa exploração, por sua vez, tem resultado em uma degradação ambiental sem precedentes, ameaçando não apenas os ecossistemas do planeta, mas também a própria sobrevivência da humanidade.

Ao priorizar o lucro acima de considerações ambientais e sociais, o capitalismo tem incentivado a emissão descontrolada de gases de efeito estufa. Essas atividades têm causado danos irreparáveis aos ecossistemas terrestres e marinhos, levando à perda de biodiversidade, ao esgotamento de recursos naturais não renováveis e ao aumento do risco de desastres ambientais que também interferem no aquecimento, sobretudo na sensação térmica

Além disso, o autor sugere que essa exploração insustentável dos recursos naturais está conduzindo a humanidade a um ponto de colapso ambiental, onde os impactos negativos sobre o meio ambiente podem se tornar irreversíveis. Essa perspectiva enfatiza a urgência de repensar o atual modelo econômico e adotar práticas mais sustentáveis que levem em consideração os limites ecológicos do planeta, que no Brasil, já é comum com 6,7 mil hectares desmatados em 2021, de bioma da mata atlântica, o que demonstra que nem os governos que devem proteger e preservar os recursos possuem essa preocupação.

Ainda que o clima leve cerca de 30 anos para se alterar, as expansões da zona urbana e a extração incessante dos recursos já modificaram os

espaços. Portanto, ressalta-se a necessidade de uma mudança de paradigma, onde a preservação ambiental e o bem-estar humano sejam considerações centrais na formulação de políticas econômicas. É um chamado à ação para construir uma sociedade sustentável, capaz de garantir um futuro viável para as gerações presentes e futuras.

RAPHAEL MARTINELLI 100 ANOS DE LUTA

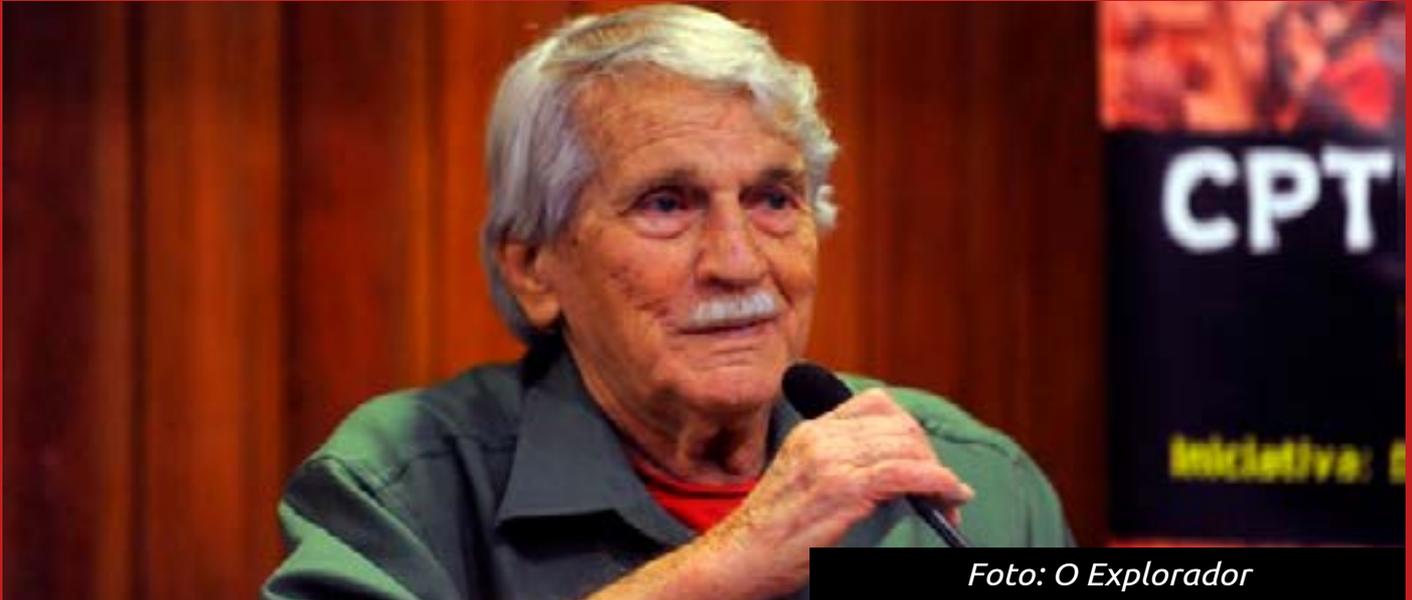


Foto: O Explorador

Por Guilherme Corona

Há 4 anos, o Brasil perdeu um dos grandes heróis da sua história, Raphael Martinelli, que em 2024 faria 100 anos, a maior parte na luta de classes.

Martinelli começou a trabalhar cedo, aos 17 anos, passando por diversos ofícios, como fundidor, torneiro mecânico, até chegar a um cargo administrativo na São Paulo Railway. Já nessa empresa, vai começar sua trajetória militante, sendo eleito representante sindical e defendendo firmemente os direitos dos trabalhadores.

Mais tarde, começaria sua trajetória política no PCB, na época ainda chamado de Partido Comunista do Brasil, na década de 40, como militante sindical. Foi então presidente da Federação Nacional dos Ferroviários entre 1959 e 1961 e membro do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) até a sua dissolução pela ditadura militar em 1964.

Após o golpe, debates sobre a forma de resistência à ditadura ocorrem dentro do PCB, e sendo vitoriosa a linha da resistência de massas, sem luta armada, Martinelli, junto a outros camaradas liderados por Carlos Marighella, saem do partido em 1967, e fundam a Aliança Nacional Libertadora (ALN), decidindo pegar em armas contra a ditadura.

Em 1970, Martinelli é preso em Oban (SP), passando 3 anos e 3 meses na prisão, período que marca a sua vida e reafirma a sua convicção de lutar pelos direitos dos trabalhadores e pelas liberdades democráticas. Em 1973, saído do cárcere, Martinelli decide cursar direito, se tornan-

do advogado aos 50 anos.

Com o processo de abertura no início dos anos 80, Martinelli participa da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além disso, foi um dos fundadores do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos e do Memorial Wladimir Herzog, retomando seu compromisso com a luta por memória, verdade e justiça.

A partir dos anos 2000, já na sua velhice, Martinelli vai trabalhar junto a outros antigos companheiros de luta para criar a Liga Latino-americana de Irredentos, composta por diversos militantes que participaram dos processos de guerrilha pela América Latina, contra as ditaduras e na perspectiva do socialismo.

Em 2020, aos 96 anos, Martinelli sucumbiria por questões de saúde, encerrando quase um século de lutas, sempre ressaltando a radicalidade, a persistência e o compromisso com a classe trabalhadora. Mesmo após 100 anos de seu nascimento, Raphael Martinelli continuará sendo uma fonte de inspiração para as novas gerações de militantes que se forjam na luta de classes.